



Otávio Magalhães/AE

Otávio Magalhães/AE

Pimenta da Veiga: reforma política é prioritária e deve ser feita logo

## Governo deverá reduzir estimativa de arrecadação

*Algumas metas de receitas, como a proveniente dos combustíveis, não devem ser atingidas*

IRANY TEREZA

**R**IO — O secretário do Tesouro, Eduardo Guimarães, admitiu que o governo está revidando algumas projeções feitas no início do ano, no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Uma delas é o reforço de R\$ 4,950 bilhões no caixa do Tesouro com o saldo positivo da Parcela de Participação Específica (PPE) sobre o preço dos combustíveis. Também a meta de arrecadação da Receita corre o risco de não ser atingida, por causa da significativa perda de março e abril, decorrente da redução da alíquota do Imposto sobre Produção Industrial dos automóveis.

O superávit primário de R\$ 9,23 bilhões nas contas do setor público no primeiro trimestre compensou as perdas, mas, segundo Guimarães, o governo deve manter o sinal de alerta ligado. "É muito difícil fazer superávit primário e muito fácil destruí-lo", diz o secretário. "Por isso, a luz amarela está acesa, sim, e não podemos relaxar." Ele reconheceu que o saldo positivo foi conseguido, em grande parte, pela antecipação de receita com o processo de privatização, mas isso já era esperado.

"Nesse contexto era sabido também que não teríamos a CPMF nem o aumento da contribuição dos ativos e inativos e para frente essas duas possibilidades estão previstas", disse. O resultado das contas públicas acima do esperado até agora e o consequente crescimento da receita fizeram com que o governo

mantivesse a confiança no cumprimento do acordo com o FMI. "Estamos ajustados para chegar ao fim do ano dentro das metas programadas, mas qualquer descuido pode comprometer."

Os técnicos do Tesouro já iniciaram a revisão da arrecadação com a PPE. Há mais de um ano, o saldo entre o preço cobrado no País para os combustíveis e o preço do petróleo no mercado internacional deixava para o governo um saldo positivo.

O barril de petróleo, que já custava mais de US\$ 20, chegou à cotação de US\$ 10 no mercado externo no ano passado, sem que isso reduzisse o preço doméstico. Como o Brasil importa boa parte da matéria-prima que consome, o resultado da conta era favorável ao governo.

Agora, o preço internacional voltou a subir, por causa de um acordo entre os países produtores, que reduziram a oferta do produto.

O barril já está cotado a US\$ 17 e põe em risco as metas do governo brasileiro.

"O resultado dessa taxa depende

também do câmbio, que está num nível abaixo do esperado", pondera Guimarães. No cronograma acertado com o FMI, estava previsto o câmbio de R\$ 1,70 no fim do ano e essa taxa já está em torno de R\$ 1,65 este mês.

"O ganho que tivemos em fevereiro pode ser absorvido para compensar esses percalços que possam vir a acontecer pela frente", diz o secretário.

"O importante é não baixar a guarda." Guimarães confirmou a revisão das metas.

"Estamos revendo os nossos cálculos e vamos ver quanto é que dá", comentou.

"Provavelmente, pode haver uma perda na PPE, sem dúvida nenhuma, mas teremos o ganho de arrecadação de fevereiro e março para compensar."

**G**OVERNO  
GANHOU COM  
PETRÓLEO  
BARATO